Livro	Folhas

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA A 17 DE JUNHO DE 2022

ATA N.º 12 /2022

LOCAL DA REUNIÃO: Sala das Reuniões do Edifício de Serviços Municipais à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira - Cidade do Porto Santo.

PRESENÇAS: O Presidente, NUNO FILIPE MELIM BATISTA, que presidiu e os Vereadores, LUÍS MIGUEL PAIXÃO BRITO, ARTUR JOSÉ ALVES NUNES FERREIRA E LUÍS EDUARDO GUIANCE BETTENCOURT.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

Com base na informação dada pelo Senhor Presidente, foi a falta da Senhora Vereadora Mariana Vasconcelos, justificada por unanimidade.

ABERTURA DA REUNIÃO: Verificando-se haver quórum para o funcionamento do órgão executivo, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas e trinta minutos.

A reunião foi secretariada por, Dr. Dinarte Silva, Chefe da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento.

DIÁRIO DE TESOURARIA: Tomou conhecimento, o órgão executivo, do balancete de tesouraria, relativo ao dia 15/06/2022, que acusava os seguintes saldos:

De dotações orçamentais: 1.893.912,43 € (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e doze euros, e quarenta e três cêntimos);

De dotações não orçamentais: 41.633,70€ (quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três euros e setenta cêntimos);

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

No início da reunião o Senhor Presidente informou que a Senhora Vereadora Mariana está, no momento, com a equipa da EMIR, a ministrar um curso de

suporte básico de vida, onde estão a participar, entre a presente data, e o dia 21, 12 colaboradores do município, com vista à implementação de desfibrilhadores, sendo que um deles será instalado nos Balneários e outro no Edifício de Serviços Públicos. Esta medida tem em vista a criação de meios que aumentem a segurança e proteção das pessoas, em especial na praia. _____

Interveio o Senhor Vereador Miguel Brito, que em primeiro lugar disse querer endereçar condolências aos familiares de um jovem, que ontem faleceu no nosso município, que pese embora não sendo nosso munícipe, era uma visita frequente da nossa ilha, conhecido a nível regional, e uma jovem promessa do desporto motorizado, pelo queria aproveitar para, através da reunião de Câmara, enviar os sentimentos aos seus familiares e amigos. _____

No que respeita às celebrações do Dia do Concelho, disse que em momento anterior tinha tido a preocupação de questionar se seria dada a palavra aos restantes partidos, que representam a população e esta casa tendo, então, o Senhor Presidente respondido, que era sua intenção que os discursos fossem feitos pelo Senhor Presidente da Câmara, pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira e o Senhor Secretário das Finanças. A proposta, que disse querer deixar, era que o Presidente reconsiderasse, uma vez que o Partido Socialista entende ser um sinal de democracia que se dê voz aos partidos que representam a população, tendo referido que, inclusivamente, nas ultimas celebrações do Dia do Concelho, no ano passado, foi dada a palavra ao Partido Socialista e ao Movimento Mais Porto Santo. Disse entender que esta é uma forma de toda a população estar representada e ouvir a opinião de todos quantos a representam. _____

Relativamente a uma notícia publicada, a semana passada pelo JM, que refere a

intenção do município adquirir o prédio da sede do Clube Desportivo Portosantense, disse não ter nada contra, nem a favor, no entanto gostaria de saber se existe essa intenção, e se a notícia reflete a realidade, e, havendo essa intenção, qual será a utilidade que esse edifício terá para os munícipes do Porto Santo. _____

Referiu, mostrando uma foto, um problema relativo à má sinalização de um buraco na estrada, e solicitou que o Senhor Presidente intervenha na referida situação, por forma a evitar acidentes. _____

Alertou para uma obra que está junto à Estrada Regional, nos apartamentos por cima do antigo estabelecimento "O Jocker", que é uma obra que já está a ser realizada há um mês. Os materiais estão em cima de uma estrada municipal, e não se vê nenhum tipo de alvará, nem de licença. Solicitou que o Senhor Presidente transmitisse esta situação à fiscalização, uma vez que a mesma está a incomodar os moradores da zona. _____

Por fim, referiu a situação do contentor em frente ao Campo de Golf, que o Senhor Presidente informou que iria resolver, no entanto, a sucata continua a céu aberto, sendo que disse entender tratar-se de uma imagem que em nada favorece o nosso destino, considerando os Galardões e os prémios que o mesmo tem ganho. Que existem mais situações no resto da ilha, mas que esta, em concreto, tem muita visibilidade, e questiona quando haverá solução para a mesma, tendo em conta que foi uma situação que já foi falada há cerca de seis meses e, pese embora já não tenha contentor, se mantém. _____

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Senhor Vereador, dizendo em primeiro lugar, no que respeita às condolências, que pese embora uma morte seja sempre uma morte, ela tem um peso acrescido quando se

trata de um jovem. Disse ter estado no local, e que sabe que tudo foi feito, por parte das entidades que intervieram, para que a situação tivesse um desfecho diferente. Referiu que infelizmente pouco mais há a fazer que endereçar aos amigos e família as nossas condolências do Piloto Pedro Paixão. _____

Referiu, relativamente às celebrações das festas do concelho, que na sua opinião, pese embora a participação de todas as forças nas Festas do Concelho, e o explanar das suas ideias, também acha que nos últimos anos, a imagem que tem saído sobre as coisas que têm sido ditas nesse dia, infelizmente não tem sido a melhor. Que entende que nesse dia, com os meios que existem, de comunicação social, comunicação em geral com as pessoas, as reuniões públicas da Câmara Municipal e as Sessões da Assembleia Municipal, é possível debater e falar sobre as questões do Porto Santo e encontrar as melhores situações. Disse entender que não é o local indicado para fazer política, e o formato adotado é até muito semelhante àquele que se passa em outras Câmaras. Que aliás também foi opção no Porto Santo durante muitos anos, e é este também o seu entendimento. Que não irá intervir como representante de nenhum partido, mas como Presidente da Câmara Municipal. _____

Relativamente à sede do Portosantense, disse que esta questão é, já há algum tempo, um assunto premente. No entanto assim que tomou posse, uma das primeiras coisas que teve conhecimento foi da insolvência do Clube. Afirmou que o Clube Desportivo Portosantense corre o risco de encerrar a porta. Na última reunião de credores, face à intervenção do município do Porto Santo, e face à possibilidade de os credores verem a sua situação definida, o Tribunal deu à Câmara a oportunidade de seguir este caminho. No entanto, disse o Presidente, o o que menos pretende é o que isto seja o fim do Clube, pelo que o que o

Livro	Folhas

município pretende é intervir, sendo que a alteração orçamental que vai ser discutida e votada já prevê esta alteração. Referiu que isto não é uma garantia de que o município irá conseguir adquirir o imóvel, mas estamos a fazer o caminho para que o Clube possa prosseguir, e que o prédio, que tem na sua génese muito apoio público, se mantenha junto do município, na área pública, e com um posterior fim público no seu uso. _____

Relativamente à foto que o Vereador Miguel Brito disponibilizou, disse que já tinha conhecimento da questão, que a mesma também havia sido enviada através do "porto santo é nosso". A fiscalização já está ao corrente da situação, e a tentar identificar os proprietários das tampas. Referiu que irá ser resolvido em breve. _____

Relativamente à utilização da via pública para deposição de materiais, disse que dará seguimento para os serviços de fiscalização municipal. _____

No que concerne à questão da sucata, que foi trazido a reunião um regulamento sobre o abandono de resíduos na ilha. Que existem duas situações que têm atrasado a solução que pretendem, que é a limpeza dos monstros que estão em vários sítios da ilha, que em primeiro lugar era necessário um regulamento para a Câmara poder atuar. Que logo que a discussão pública esteja terminada e o mesmo seja homologado, a Câmara Municipal irá atuar, com aplicação de coimas aos proprietários dos terrenos, que permitem estas situações. Que já tiveram vários reuniões com a A.R.M. e com a Madeira Parques, para encontrar uma solução para esse tipo de sucata, que inclusive, tem entrega gratuita na A.R.M. . Já foi feita uma limpeza a 2 ou 3 espaços, em conjunto com a A.R.M. e a Secretaria das Finanças, pese embora não seja responsabilidade do Município assumir essa limpeza. Que é necessário aplicar as coimas o mais rápido possível. A

segunda situação que acontecia, era que chegavam autos levantados pelas autoridades, e não tinham meios para que fosse dado seguimento aos mesmos. _

Interveio o Vereador Luís Bettencourt que referiu que se está a aproximar o verão, e que todos os anos testemunham a destruição que acontece nessa época, sendo que estão o ano inteiro, por vezes com dificuldades, para pagar impostos. Questionou o que está a ser feito em conjunto com a polícia para colmatar este tipo de situações. _____

Referiu os jardins do Município, que são 4, e que 4 jardineiros para esses mesmos jardins são insuficientes. Que os jardineiros estão presos a regar, questionou se não se justificava implementar um sistema de rega automático, de forma a libertá-los para outros serviços. _____

Outra situação que referiu foi que, no loteamento onde reside, quando chove, andam as máquinas a fazer a limpeza dos passeias , questionou porque não é feita a fiscalização nos loteamentos novos, que em vez de colocar o "triefe" na terra, deveriam colocar uma tela para colmatar este tipo de problema, que são situações que têm um elevado custo inicial mas que, a longo prazo, compensa. A colocação da tela evitava o crescimento das ervas. _____

Quanto ao dia do Concelho que o Vereador Miguel Brito tinha referido anteriormente, concorda com o Presidente, quando este disse, que não se faça do Dia do Concelho, um dia de política. Relembrou que no anterior mandato, a Presidente da Assembleia, ficou indignada com o Presidente da Câmara por os deputados não terem discursado. _____

Interveio o Senhor Presidente, que respondeu, que relativamente à segurança, aquilo que foi feito, foi um pedido de reforço do policiamento para o verão, que a esquadra tem cerca de 20 efetivos, que irão ter um aumento de 50% de efetivos,

Livro	Folhas

mais 10 agentes no Porto Santo, Em conjunto com a PSP, fizeram a preparação do verão e dos eventos que futuramente se irão realizar. _____

Quanto às Licenças Especiais de Ruído e aos horários, foi uma tentativa, junto com as forças de segurança para poderem ter um pouco mais de controle sobre a situação. No entanto, que isso não significa que não irão acontecer situações desagradáveis. Que já aconteceram algumas e houve intervenção direta do subcomissário para minimizar essas situações. Que em breve irão reunir com os responsáveis da prevenção no consumo de álcool, drogas, entre outro,s e pretendem fazer uma ação junto dos jovens, e com a redução dos horários, também tentar reduzir os excessos. Que a questão dos horários, poderia criar uma abertura para que aparecesse outro tipo de diversão noturna, que está a faltar na ilha e pode coexistir com as existentes, e trazer uma solução. Que já houve alguns contatos com a Câmara, para saber se pretendem manter esta política, que espera que no próximo ano, esses investimentos apareçam e se consiga minimizar situações desagradáveis. Referiu que estas situações não são possíveis de serem totalmente controladas, mas que tentam sempre amenizar. Recordou, sobre a questão da videovigilância que já o tinham questionado, que o Município concorreu ao projeto Bairros Digitais e está incluído nesse projeto, embora não haja certezas que o vão conseguir. Demonstra a intenção do Município nesse assunto, com a criação de uma sala de controle, onde as forças de segurança também podem visualizar o que está a acontecer. _____

Sobre os jardineiros, concorda com o que o Vereador Luís Bettencourt disse, que já falaram sobre esses melhoramentos, da rega, da iluminação, da manutenção dos espaços públicos na cidade e ampliação dos mesmos. Que se torna difícil manter estes espaços só com os colaboradores do Município. Que a

Câmara tem requisitado serviços a entidades externas, para acelerar certas situações e que repararam recentemente a Praça do Barqueiro para mitigar as situações de perigo presentes. _____

Acrescentou que já foi levantada a questão da água, como também da rede de esgotos na cidade. Que tem a particularidade de em algumas zonas requerer mexer na calçada. Que para a cidade funcionar em pleno, recorreram aos colaboradores da Câmara que estavam a preparar o São João. Que na semana anterior tiveram um derrame no centro da Cidade, e que existem cada vez menos pessoas para fazerem a calcetagem. Deu o exemplo da Igreja do Espírito Santo, que veio uma equipa de fora, mas que só podia estar 3 dias. _____

Sobre os loteamentos, que não é só os passeios, que foram feitos e aceites muitos loteamentos, que alguns não levaram a última camada de alcatrão e a mesma já está degradada. Que têm muitos locais onde colocar alcatrão, que o executivo anterior optou pelas questões públicas, deixando um pouco mais à parte, os loteamentos, que já fizeram um levantamento e para fazer a repavimentação do levantamento que fizeram, o dobro do valor que investiram até agora não é suficiente, face aos valores atuais do betuminoso. Que o investimento inicial foi de 800.000€ nas duas fases, que agora estão a falar de um investimento de cerca de 2.000.000€, que irá ser feito de forma gradual. Informou que já reuniu várias vezes com a Empresa de Eletricidade da Madeira, e com a A.R.M., para tentarem colmatar esse tipo de situações. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, que questionou sobre os holofotes da Rotunda de São Pedro, se é justificável para o Município o custo acrescido. _____

O Senhor Presidente respondeu que é o custo da luz e da manutenção do jardim, que é um projeto da Assembleia Municipal Jovem e foi pedido que se

mantivesse o projeto tal como foi aprovado. _____

O Vereador questionou também acerca dos projetores junto à NATO, que são ilegais e fere os condutores que circulam no sentido Vila - Porto de Abrigo. _____

O Senhor Presidente respondeu que vai falar com o comandante da AM3 para averiguar essa situação, e se pode ser amenizada. _____

PASSOU-SE, DE SEGUIDA, À APRECIAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS: _____

PROPOSTAS OBRAS PARTICULARES: O Presidente da Câmara, Nuno Filipe Melim Batista, apresentou as seguintes propostas: _____

1) "PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE NO PRÉDIO RÚSTICO MATRIZ N.º 120 DA SECÇÃO U, LOCALIZADO NO CAMPO DE CIMA. _____

Face ao requerimento apresentado pelo Sr. Bruno Ricardo Franco Matos (Proc. n.º 583/2022), proponho, que a Câmara Municipal delibere, emitir, nos termos do disposto no artigo 54.º, n.º 1 da Lei n.º 91/1995, de 2 de setembro, com as alterações da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer favorável quanto à constituição de compropriedade no prédio rústico matriz n.º 120 da secção n.º U, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto Santo sob o n.º 3366/19961122, localizado no Campo de Cima." _____

Na discussão a este ponto interveio o Vereador Miguel Brito, questionando se como é uma compropriedade se é necessário vir a reunião de Câmara. _____

O Senhor Presidente respondeu que tudo o que tem parecer técnico é necessário. Que estão a modernizar os serviços para acompanhar a diminuição do controle ou aprovação do que se pudesse trazer a uma proposta para algumas situações como já tinha referido anteriormente, como a questão das

especialidades que eram trazidas a reunião e já não são. Porque as especialidades são acompanhadas por declarações profissionais dos técnicos responsáveis e não é obrigatória a vistoria no final, a partir do momento que existe essa situação. Que há outras situações em que poderiam não o fazer, mas que continua a achar que devem vir a reunião, para também os vereadores terem conhecimento. Que assim sentem o ritmo de como as coisas acontecem, sendo uma área que é extremamente importante e faz questão que venha a reunião face ao projeto para o futuro nessa área. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito, e Luís Bettencourt._____

2) "PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE NO PRÉDIO RÚSTICO MATRIZ N.º 322 DA SECÇÃO U, LOCALIZADO NO CAMPO DE CIMA. _____

Face ao requerimento apresentado pelo Sr. Bruno Ricardo Franco Matos (Proc. n.º 584/2022), proponho, que a Câmara Municipal delibere, emitir, nos termos do disposto no artigo 54.º, n.º 1 da Lei n.º 91/1995, de 2 de setembro, com as alterações da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer favorável quanto à constituição de compropriedade no prédio rústico matriz n.º 322 da secção n.º U, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto Santo sob o n.º 5142/20050602, localizado no Campo de Cima;" _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito, e Luís Bettencourt._____

PROPOSTAS: O Presidente da Câmara, Nuno Batista, apresentou as seguintes

Livro	Folhas

propostas: _____

1) "7ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2022, 3ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DE 2022 E 2.º ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2022 _____

A presente proposta de Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de 2022, tem como contrapartida, ao nível da receita, as inscrições/reforços e diminuições/anulações dos montantes previstos no Mapa 12 - Mapa relativo às transferências para os Municípios da Proposta do Orçamento de Estado para 2022. Ao nível da despesa procedeu-se a abertura de uma rubrica económica para a possibilidade de apoio a empresas e a inscrição dois novos projetos de investimento no PPI de 2022: Aquisição do prédio com o artigo U608 e Aquisição de equipamento de captura e transporte de animais para o canil/gatil. _____

Assim, no uso da competência a que se refere o artigo 33º, n.º 1, alínea c) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho ao órgão executivo, aprovar a revisão ao orçamento municipal consubstanciado na Proposta da 7.º Alteração Orçamental de 2022, 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e 2.º Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos de 2022, conforme mapas em anexo, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que importa, na redução do valor global do orçamento municipal em 22.841,00 euros (vinte e dois mil oitocentos e quarenta e um euros), a fim de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º1,

alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que se discrimina da seguinte forma: _____

- No Orçamento da Receita em inscrições/reforços no valor de 60.235,00 euros (sessenta mil duzentos e trinta e cinco euros) e diminuições/anulações no valor de 74.769,00€ (setenta e quatro mil setecentos e sessenta e nove euros) de natureza efetiva corrente, e em diminuições/anulações no valor de 8.307,00€ (oito mil trezentos e sete euros) de natureza efetiva de capital;_____

- No Orçamento da Despesa em inscrições/reforços no valor de 10,00 euros (dez euros) e em diminuições/anulações no valor de 14.544,00 euros (catorze mil quinhentos e quarenta e quatro euros) de natureza efetiva corrente, e em inscrições/reforços no valor de 120.000,00 euro (cento e vinte mil euros) e em diminuições/anulações no valor de 128.307,00 euros (cento e vinte e oito mil trezentos e sete euros) de natureza efetiva de capital._____

Com esta modificação apresentamos o cálculo e valor da regra do equilíbrio financeiro: _____

Receita corrente bruta cobrada **a)**	4.836.788,40
Proporção do Saldo de Gerência anterior da despesa corrente **b)**	836.823,25
Despesa corrente **c)**	5.366.544,71
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos **d)**	248.427,70
Regra do Equilíbrio Orçamental - Total = a) + b) - c) - d)	**58.639,24**

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e conforme ficou demonstrado no quadro anterior, esta modificação orçamental cumpre a regra do equilíbrio orçamental."_____

Na discussão ao presente ponto, interveio o Vereador Luís Bettencourt, que questionou qual o prédio referido. _____

O Senhor Presidente respondeu que era o prédio do Portosantense. _____

Livro	Folhas

Questionou também, o Vereador Luís Bettencourt, se o que pretendem gastar do saldo de gerência é o valor assinalado. _____

O Dr. Dinarte Silva respondeu ao vereador que no cálculo da regra do equilíbrio financeiro, têm que atender à receita que estava prevista no orçamento e a proporção do saldo de gerência foi após a aprovação do saldo de gerência, feita anteriormente, somam para a regra do equilíbrio financeiro a proporção do saldo que vai servir para as despesas correntes. Que, como a seguir colocam a totalidade das despesas correntes previstas, é natural que junto à receita prevista no orçamento também se considere o saldo de gerência na proporção que diz respeito à despesa corrente. A receita corrente total que estava orçamentada junto com aquela que reforçaram através da incorporação do saldo de gerência, seja suficiente para fazer face à despesa corrente, que é assim que a DGAL garante o equilíbrio. E também tem que ser suficiente para garantir as amortizações médias dos empréstimos bancários do Município. Que o saldo continua positivo, e é suficiente para financiar a despesa corrente e as amortizações médias dos empréstimos do Município. _____

O Senhor Presidente respondeu que esta necessidade veio ao encontro de outras referidas anteriormente, que é retificação relativamente ao que são os valores a atribuir por parte do Estado, que sofreram uma diminuição e é necessário acompanhar e garantir uma regra de equilíbrio financeiro. _____

O Vereador Miguel Brito questionou se a alteração vai à Reunião de Assembleia Municipal. _____

O Senhor Presidente respondeu afirmativamente. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira,

abstenção do Vereador Miguel Brito e voto contra do Vereador Luís Bettencourt._

2) "PROPOSTA CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO SANTO NA JUNTA DE FREGUESIA DO PORTO SANTO_____

Considerando que: _____

O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais._____

Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências. _____

Nos termos do artigo 120.º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através de celebração de contratos interadministrativos, é nula. ___

A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; e da necessidade e suficiência dos recursos. _____

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo. _____

Livro	Folhas

Considerando ainda que: _____

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; _____

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;_____

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117°, n.°2 e 131° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro; _____

A alínea l) do n.° 1 do artigo 33.° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro impõe à Câmara Municipal do Porto Santo a obrigação de discutir e preparar com a Junta de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências; _____

Nos termos do artigo 115°, por remissão do artigo 122°, da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, o estudo necessário à concretização desta delegação de competências demonstra que as competências relacionadas com atividades sociais e culturais, ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias. _____

Que se pretende dotar a Junta de Freguesia do Porto Santo de meios que visem mitigar os efeitos da crise económica e social, potenciada pela pandemia COVID19, aumento do custo dos transportes e aumento da inflação. _____

Assim e considerando que as ajudas atribuídas pela Junta de Freguesia, se demonstram presentemente insuficientes face ao quadro geral do Município, é necessário acautelar que a manutenção desses apoios, e os pedidos, mesmo que a par de outros que venham a ser decididos pela Câmara Municipal, também no âmbito das mesmas atribuições. _____

Assim, proponho que a Câmara delibere: _____

1. Que a minuta do contrato interadministrativo (em anexo) de delegação de competências da Câmara Municipal do Porto Santo na Junta de Freguesia do Porto Santo - em matéria de apoio a atividades de natureza social (distribuição de cabazes de géneros alimentícios, de fraldas, material escolar e de bolsas de estudo), seja presente à reunião da Câmara Municipal do Porto Santo e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal do Porto Santo, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei; ___

2. Comunicar a deliberação à Junta de Freguesia do Porto Santo, que deverá deliberar em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, e eventual submissão do presente à sessão da Assembleia de Freguesia de Porto Santo para autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma. _____

3. Delegar, desde já, no Presidente da Câmara Municipal, os poderes para proceder à outorga do presente contrato; _____

4. O cabimento da despesa que advém da celebração do presente contrato, no montante global de €30.000,00 (trinta mil euros), tem cabimento na classificação orgânica AA1022 e económica 04050302, encontrando-se a proposta de cabimento em anexo." _____

Livro	Folhas

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira e Luís Bettencourt e abstenção do Vereador Miguel Brito.

3) "REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO PORTO SANTO

A implementação do Orçamento Participativo Jovem do Porto Santo, enquadra-se na política municipal de Juventude e pretende valorizar a participação democrática, visando um envolvimento dos jovens nas decisões das políticas públicas.

Ao promover o Orçamento Participativo Jovem, para além de garantir uma política de proximidade e participação cívica, estaremos a proporcionar aos jovens do Porto Santo a possibilidade de apresentarem as suas ideias, opiniões e preocupações, desenvolvendo o espírito crítico e contribuindo para a resolução dos problemas do seu Concelho.

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241.º da Constituição da República, e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A implementação do Orçamento Participativo Jovem (OPJ) do Município do Porto Santo, assenta nos valores da democracia participativa, constantes dos artigos 2º e 48.º da Constituição da República Portuguesa.

Que nessa conformidade e após deliberação de Câmara, na sua reunião ordinária de10 de dezembro de 2021, promoveu pela consulta pública do Projeto de regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Porto Santo Aviso (extrato) n.º 5893/2022, publicado a 21 de março de 2022.

Que no âmbito da referida consulta não existiram participações.

Proponho que a Câmara Municipal delibere, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Porto Santo, em anexo, e submeta a aprovação da Assembleia Municipal, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal." _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito, e Luís Bettencourt._____

4) "PROJETO REGULAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL _____

Considerando que,_____

A implementação de medidas de apoio social às pessoas em situação de pobreza ou risco de exclusão social, nas suas múltiplas vertentes, é uma das pedras basilares da política social que este executivo quer implementar._____

As várias medidas socias têm como objetivo primordial proporcionar às pessoas, singulares ou famílias, melhores condições de vida e igualdade de oportunidades, para que lhes seja possível realizar uma cidadania plena._____

Dado o atual contexto socioeconómico, agravado com a pandemia, observou-se que aumentaram substancialmente, os níveis de pobreza, sendo que, a intervenção junto das pessoas mais vulneráveis é cada vez mais premente e inadiável, para uma diminuição das disparidades sociais e económicas que existem no nosso concelho. _____

É neste sentido que foi pensado este Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social, na autarquia do Porto Santo, o qual tem como objetivo a

Livro	Folhas

definição de regras e de critérios para a prestação de apoio financeiro, de caráter urgente e inadiável, a Agregados Familiares e a Pessoas individualizadas, que vivam em Situação Económico-Social de Emergência, criando-se, assim, mais um instrumento de realização das atribuições do Município no domínio da Ação Social.

Que nessa conformidade e após deliberação de Câmara, na sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2022, promoveu pela consulta pública do Projeto de regulamento do Orçamento Participativo Jovem do Porto Santo Aviso (extrato) n.º 5892/2022, publicado a 21 de março de 2022. _____

Que no âmbito da referida consulta não existiram participações. _____

Assim proponho que a Câmara delibere pela aprovação do projeto de Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social, ao abrigo do poder regulamentar próprio que é atribuído às autarquias, pelo Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas k) e v), do n.º 1, do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a fim de ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal." _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito, e Luís Bettencourt. _____

5) "PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES - ESCOLA DA PONTA - COM VISTA À INSTALAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CASA DO VOLUNTÁRIO_____

Considerando: _____

O pedido de apoio apresentado pela Associação Casa do Voluntário no que respeita à cedência de um espaço com vista à instalação da Associação Casa do Voluntário, pedido esse que foi objeto de deliberação municipal, na sua reunião ordinária pública de 28 de junho de 2021, alterado na reunião ordinária de 13 de

julho, tendo sido aprovado; _____

Que nessa altura foram delegados poderes de representação no então presidente da Câmara, não tendo até final do mandato sido subscrito o protocolo aprovado, sendo apenas emitida a certidão que se anexa. _____

Que importa corrigir a presente situação e que se mantêm os seguintes pressupostos: _____

O Município do Porto Santo, tem por fim a prossecução de uma política globalizante que contemple e integre, de forma consequente, a ação e propostas das diversas pessoas coletivas de direito público e privado com atribuições no âmbito da educação; _____

Que a Escola da Ponta, atenta a sua dimensão poderá englobar este projeto; __

Nos objetivos traçados por esta edilidade se preveja que, no quadro da responsabilidade solidária da autarquia, escolas e movimento associativo, seja imperioso a colaboração, importando assim definir e estruturar as condições dessa colaboração, de modo a garantir uma eficaz e transparente mobilização e utilização dos recursos disponíveis, mediante a celebração de protocolos, nos termos da lei. _____

Nos termos da lei, ao abrigo do disposto nas alíneas u) e v) do n.º 1, artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, são atribuições do Município do Porto Santo "participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social" e "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia". _____

Assim, proponho, que a Câmara Municipal delibere: _____

1- Celebrar o presente Protocolo de Cedência de instalações com a Associação

Livro	Folhas

Casa do Voluntário, nos exatos termos descritos na minuta em anexo.

2- Aprovar a referida minuta e delegar os poderes de representação do Município no Sr. Presidente da Câmara, Nuno Filipe Melim Batista, para outorga do respetivo Protocolo."

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito, e Luís Bettencourt.

A Vereadora Mariana Vasconcelos, apresentou a seguinte proposta:

1) "REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS/PRODUTOS DE APOIO DO MUNICÍPIO DO PORTO SANTO

O Executivo pretende criar um banco de ajudas técnicas, sendo que se visa com o regulamento agora apresentado definir as condições de acesso e de atribuição de produtos de apoio a pessoas em situação de incapacidade ou dependência, por motivo de doença ou acidente, temporária ou permanente, que pertençam a agregados familiares em situação de fragilidade social e económica, residentes no Município do Porto Santo.

Pretende criar-se um banco de ajudas técnicas, equipado com produtos de apoio, que serão disponibilizados, a quem deles necessitar, através da cedência temporária, mediante uma análise e parecer técnicos dos pedidos, por forma a diminuírem as desvantagens resultantes da deficiência ou incapacidade (temporária ou definitiva) e assim atenuarem as limitações nas atividades de vida diárias e as restrições a uma plena participação social.

As Ajudas Técnicas são, segundo a ISO (Organização Internacional de Normalização - entidade internacional responsável pelo estudo e estandardização destes materiais e equipamentos), qualquer produto, instrumento, equipamento

ou sistema técnico usado por uma pessoa deficiente, especialmente produzido ou disponível que previne, compensa, atenua ou neutraliza a incapacidade. São meios indispensáveis à autonomia e integração das pessoas com deficiência no meio ambiente. Destinam-se a compensar a deficiência ou a atenuar as consequências das limitações e capacitar o indivíduo para a realização das suas atividades de vida diárias e para a participação na vida profissional e social. Destinam-se a todas as pessoas com deficiência, permanente ou temporária. ____

Que nessa conformidade e após deliberação de Câmara, na sua reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2022, promoveu pela consulta pública do Projeto de regulamento de funcionamento do banco de ajudas técnicas/produtos de apoio do Município de Porto Santo Aviso (extrato) n.º 6731/2022, publicado a 31 de março de 2022. _____

Que no âmbito da referida consulta não existiram participações. _____

Assim proponho que a Câmara delibere pela aprovação do Regulamento de Funcionamento do Banco de Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio do Município do Porto Santo ao abrigo do poder regulamentar próprio que é atribuído às autarquias, pelo Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas k) e v), do n.º 1, do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a fim de ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal."

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito, e Luís Bettencourt. _____

REQUERIMENTOS: _____

1) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Dina Isabela Lemos Ramos (processo n.º 2272/2022 13.04), solicitando licença e cedência de um espaço para

colocação de uma barraca de madeira, junto ao cais, para venda de artigos feitos à mão de 1 de julho a 31 de agosto;"

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira e Luís Bettencourt e abstenção do Vereador Miguel Brito.

2) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Sandra José Fernandes Oliveira (processo n.º 3109/2022 19.12.), solicitando isenção das taxas de inumação do cadáver de Maria Celeste Fernandes, falecido no dia17 de maio de 2022;"

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

3) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Macedos Pirotecnia, Lda. (processo n.º 3437/2022 07.12), solicitando licença especial de ruído para o evento "Agradecimento à Deusa do Mar", a realizar dia 12 de agosto de 2022;"

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

4) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Macedos Pirotecnia, Lda. (processo n.º 3444/2022 07.12), solicitando licença especial de ruído para o evento "Festival do Atlântico 2022", a realizar dia 23 de junho de 2022;"

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

5) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Cecília Maria Drumond (processo n.º 3463/2022 13.04), solicitando autorização e licença para colocação de

bancada na Alameda Infante D. Henrique, para venda de bijuteria, de 1 de junho a 30 de setembro de 2022;" _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira e Luís Bettencourt e abstenção do Vereador Miguel Brito. _____

6) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Elena Sanmiguel Urbina (processo n.º 3488/2022 13.04), solicitando licença para fazer retratos de pessoas na rua, de 1 a 31 de julho;" _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

7) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Cecília Maria Drumond (processo n.º 3518/2022 13.04), solicitando autorização e licença para colocação de bancada na Alameda Infante D. Henrique, para venda de bijuteria, nas Festas do Concelho, de 22 a 26 de junho;" _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

8) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Andreia Patrícia Jesus Pereira Dias (processo n.º 3538/2022 13.04), solicitando autorização e licença, para um quiosque/barraca, nos dias e festas constantes do requerimento;" _____

Submetido a votação o presente pedido foi deliberado por unanimidade, pela intenção de indeferimento, com audiência prévia, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

9) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Miguel Ângelo Abreu Pestana (processo n.º 3603/2022 02.05), solicitando autorização e licença para colocação de quiosque, no início da Promenade para aluguer de carros a bateria para crianças, de 1 de julho a 31 de agosto;" _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira e Luís Bettencourt e abstenção do Vereador Miguel Brito. _____

10) "Deliberar sobre o pedido apresentado por Maria Luz Quishpi Pilco (processo n.º 3609/2022 13.04), solicitando autorização e licença para colocação de uma barraca, no restaurante Mar e Sol para venda de bijuterias e artesanato, de 1 de junho a 30 de setembro;" _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira e Luís Bettencourt e abstenção do Vereador Miguel Brito. _____

RATIFICAÇÕES: _____

1) "Ratificar o despacho do Presidente, Nuno Batista, que autorizou, até às 23:59m do dia 9 de junho, o pedido apresentado por Rafaela Melim (processo n.º 3591/2022 07.12), solicitando licença especial de ruído para o estabelecimento Restaurante Torres;" _____

Submetido a votação o presente despacho foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores, Artur Ferreira, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

Interveio o Munícipe José Silveira que disse que gostava de saber, considerando que já antes havia tido oportunidade de falar com o Senhor Presidente sobre isso,

como se irá processar o estacionamento no Verão, considerando o aumento que se prevê de visitantes da Madeira, sendo que, considera que os estacionamentos existentes já são escassos para o que existe atualmente. Disse que é necessário encontrar uma solução estrutural e definitiva para os próximos anos para evitar os estacionamentos irregulares. _____

O segundo ponto, que gostaria de saber informação, era sobre a sinalização vertical e horizontal, das estradas arranjadas recentemente e em que ainda não foi colocada a sinalização horizontal, para impedir estacionamento indevido.____

Que tem duas situações, perto da sua residência, a primeira, que é o Beco 1 da rua Cláudio Elísio Ruas, que gostaria de requerer à Câmara que seja colocada uma placa com o número do Beco, porque muitas vezes não recebe correspondência, porque o carteiro desconhece aquele Beco. A segunda, que é sobre o perigo de derrocada existente na mesma zona, e mostrou fotografias, que precisa saber o ponto de situação. Que existem umas pedras mais saídas e por cima umas árvores. Que é uma situação pendente há alguns anos. _____

O Senhor Presidente respondeu que quanto ao perigo de derrocada, já foi feito um levantamento pela Proteção Civil e estão a tentar que o proprietário do terreno faça a obra de reparação do muro. Caso não aconteça, em último caso, terão que encerrar o beco, sendo que a Câmara não tem meios para fazer a reparação. Que são situações que podem causar grandes problemas e têm optado pelas decisões de maior cautela. E a Câmara terá que tomar uma posição em relação ao muro e ao perigo que representa para as casas que estão por baixo. __

Quanto à sinalização que estava a ser feito um levantamento, não só das estradas arranjadas, mas também na questão informativa da Cidade, para que ainda durante o corrente ano seja reposta a sinalização. Que sobre a pintura das

estradas que foram asfaltadas, bem como a sinalização, essa situação não estava prevista no contrato anterior, e informou que já entraram em contato com algumas empresas para o fazerem, a existente, foi feita por questões de precaução, reconheceu que há um trabalho muito grande a fazer na questão da sinalização e legalização de sinalização.

Sobre os estacionamentos, que tem algumas situações que importa informar. Em primeiro lugar encontra-se um vazio na questão dos parquímetros, a polícia e a entidade responsável pela polícia regional, entendeu que os polícias não podiam participar numa ação direta com a empresa, que teria que ser por outras vias, que há uma atualização da legislação que foi levada à Assembleia e que em breve entrará em vigor. Não que seja favorável à cobrança, mas que como não há coimas, as pessoas deixam o carro e aí reduz-se a rotatividade do estacionamento da cidade, que está a ter alguns problemas. Que fizeram alguns contatos, como na questão do terreno em frente ao mercado antigo que está a funcionar como estacionamento para dar algum apoio, antes das obras começarem. Que se forem autorizados também farão uma intervenção junto ao Pingo Doce. Que das soluções que apresentou, uma delas, tem a ver, com a transformação do Parque de Materiais do Governo Regional, em estacionamento, e outras, mas que envolvem particulares e carecem de aceitação de propostas. Se é verdade que têm que arranjar soluções, também é verdade que lhe compete sensibilizar, e têm um estacionamento para mais de 250 viaturas a 100 metros da cidade, no Pavilhão, e que infelizmente não é utilizado, e reconheceu que o acesso não é o melhor. Que o estacionamento da Sociedade de Desenvolvimento é utilizado na sua totalidade e que é a melhor solução de estacionamento. Referiu que é preciso encontrar novas soluções semelhantes, mas que em 6 meses não foi possível encontrar essa

solução. Que o exemplo do Pavilhão poderá fazer com que haja uma alteração na questão do Parque do Governo, caso a cedência seja feita, irão conversar e tentar perceber. Que acha que ao não se utilizar o estacionamento do Pavilhão, que o outro espaço mesmo que leve 300 viaturas, poderá ficar desligado do Centro da Cidade. Que mesmo central, estão a procurar soluções que façam com que o problema de estacionamento seja resolvido. Que em breve vai trazer a reunião o estacionamento junto ao Torre Praia, que só não veio, porque estão a tentar fazer melhoramentos. Que a necessidade vai obrigar a aceitar as melhorias feitas e avançar com essa disponibilidade para que haja soluções perto do Centro da Cidade, contando com os lugares que serão criados junto ao Parque Urbano. ____

Interveio o Munícipe, novamente, que disse, que acima de tudo há falta de civismo nos estacionamentos, e quem devia atuar não o faz. Que a solução existe, mas que as pessoas não querem andar a pé. Que o estacionamento do Pavilhão não é muito longe. _____

O Senhor Presidente respondeu que é complicado pedir às autoridades que sejam mais severas, quando não há soluções de estacionamento. O Senhor Presidente referiu que irão fazer uma publicação nas redes sociais sobre esse estacionamento, que até resolveria o estacionamento no São João, porque é uma questão de hábito._____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, quanto ao abuso nos parquímetros, questionou que tipo de soluções existem. _____

O senhor Presidente respondeu, que está a ser legislado, para fazer como em outras cidades regionais, que vão ser os controladores com autoridade para multar. _____

Interveio o Vereador Miguel Brito que referiu que os valores das multas eram

Livro	Folhas

baixos. _____

O Senhor Presidente respondeu que os valores dependem dos Municípios, deu como exemplo Santa Cruz que definiu o valor de 30€, noutros Concelhos é o valor máximo a pagar por dia. Que poderão incluir algumas situações na revisão do tipo de contrato. Que há contratos anteriores que poderiam ser feitos de forma diferente, deu o exemplo dos Mupis, que tiveram alguma dificuldade para que fossem recuperados. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt que questionou se o terreno junto ao Parque Infantil era da Sociedade de Desenvolvimento, pois também seria uma solução. _____

O senhor Presidente respondeu que a Sociedade de Desenvolvimento tem um terreno nessa zona, mas não é o que o vereador referiu. Que caso fosse nesse terreno, a parte superior nunca poderia ultrapassar os limites da estrada e teria que ser uma continuidade do espaço existente, porque está em confrontação com o parque infantil. _____

Referiu outro exemplo, onde está o stand automóvel, que foi arranjado e ficou com outro aspeto, que seria uma boa solução futuramente. _____

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, nos termos do disposto no artigo 57.°, n. °3 da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, a fim de produzirem efeitos imediatos. _____

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram onze horas e quarenta e minutos, pelo que de tudo para constar lavrei a presente ata, em obediência ao disposto no artigo 57.° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente do órgão executivo, e por

mim, Chefe da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento, na qualidade invocada. _____

*Aprovada na reunião ordinária pública de 29 de dezembro de 2022.*_____